

## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	xxi
<b>Nota a Segunda Edição</b> .....	xxiii
<b>Prefácio</b> .....	xxv
<b>Capítulo 1 – Direito Financeiro</b> .....	1
1. Principais aspectos sobre Finanças Públicas.....	1
1.1. A Ciência das Finanças e o Direito Financeiro .....	3
1.2. Autonomia e Codificação do Direito Financeiro .....	5
1.3. Finalidades da Atividade Financeira .....	6
1.4. Aspectos Constitucionais e Infraconstitucionais do Direito Financeiro....	8
2. Principais aspectos sobre a RECEITA PÚBLICA .....	10
2.1. Distinção entre Ingresso e Receita .....	10
2.2. Classificação das Receitas.....	10
2.2.1. Receitas Ordinárias e Extraordinárias .....	11
2.2.2. Receitas Originárias e Derivadas .....	11
2.2.3. Receita Corrente e de Capital .....	11
2.3. Estágios da Receita Pública.....	12
2.4. Renúncia de Receita.....	12
3. Principais Aspectos sobre a Despesa Pública.....	13
3.1. Classificação das Despesas Públicas.....	13
3.1.1. Despesas Orçamentárias e Extraorçamentárias.....	13
3.1.2. Despesas Ordinárias e Extraordinárias .....	14
3.1.3. Despesas Correntes e Despesas de Capital.....	14
3.1.4. Despesas Produtivas, Reprodutivas e Improdutivas .....	14
3.2. Processamento das Despesas Públicas.....	15
3.3. Precatórios Judiciais .....	15
3.3.1. Sentença e Fazenda Pública .....	17
3.3.2. Exceção ao Sistema do Precatório.....	18
3.3.3. Renúncia ao Valor Excedente .....	22
3.3.4. Ação de Repetição de Indébito .....	22
3.3.5. O precatório em matéria tributária .....	25
4. Principais aspectos sobre o Orçamento Público.....	27
4.1. Plano Plurianual.....	28
4.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias .....	29

4.3. Lei Orçamentária Anual .....	30
4.4. Evolução Constitucional .....	32
4.5. Tipos de Orçamento .....	33
4.6. Superávit e Déficit Financeiro .....	34
4.7. Conceito de Orçamento e sua Natureza Jurídica .....	34
4.8. Elementos do Orçamento .....	35
4.9. Princípios Orçamentários .....	36
4.9.1. Anualidade Orçamentária .....	36
4.9.2. Unidade .....	36
4.9.3. Universalidade .....	36
4.9.4. Legalidade .....	37
4.9.5. Publicidade Orçamentária .....	37
4.9.6. Proibição de Estorno .....	37
4.9.7. Equilíbrio Orçamentário-Financeiro .....	38
4.9.8. Clareza ou Transparência .....	38
4.9.9. Exclusividade .....	39
4.9.10. Não-vinculação .....	39
4.9.11. Racionalidade .....	40
4.9.12. Continuidade .....	40
4.9.13. Aderência .....	40
4.10. Ciclo Orçamentário .....	40
4.11. Controle Orçamentário – Tribunal de Contas e Vedações Constitucionais...	41
4.11.1. Operações de Crédito por Antecipação de Receita .....	47
4.11.2. Garantia e Contragarantia .....	48
4.12. Créditos Orçamentários Adicionais .....	48
5. Principais aspectos sobre o Crédito Público .....	50
5.1. Conceito e Natureza Jurídica .....	50
5.2. A Dívida Pública Brasileira e Títulos da Dívida Pública .....	51
5.3. Classificação .....	53
5.3.1. Compulsório ou Voluntário .....	53
5.3.2. Perpétuo ou Temporário .....	55
5.3.3. Flutuante e Fundado .....	55
6. Responsabilidade Fiscal .....	55
6.1. Introdução .....	55
6.2. Objetivos .....	56
6.3. Pilares da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	56
6.4. Destinatários da LRF .....	57
6.5. Limitação de Despesas .....	58
6.6. Reserva de Contingência .....	61
6.7. Despesa Adequada, Compatível e Irrelevante .....	62
6.8. Sanções em caso de desrespeito à LRF .....	62
6.9. Restos a Pagar .....	63
6.10. Relatório Resumido da Execução Orçamentária .....	63
6.11. Operações de Crédito .....	63

<b>Capítulo 2 – Fontes do Direito Tributário</b> .....	85
2.1. Introdução.....	85
2.2. Conceito de Direito Tributário.....	86
2.3. Fontes do Direito Tributário .....	86
2.3.1. Fontes Formais Principais.....	87
2.3.2. Fontes Formais Secundárias.....	121
<b>Capítulo 3 – Hermenêutica do Direito Tributário</b> .....	135
3.1. Legislação Tributária .....	135
3.2. Estrutura da Norma Tributária.....	136
3.3. Amplitude dos institutos vigência, aplicação, interpretação e integração da norma .....	136
3.4. Vigência da Legislação Tributária .....	138
3.4.1. Vigência da Lei no Tempo.....	139
3.4.2. Vigência da Lei no Espaço .....	141
3.4.3. Vigência da Lei Brasileira no Exterior .....	142
3.5. Tributação Internacional .....	143
3.6. Aplicação da Legislação Tributária .....	143
3.7. Interpretação da Legislação Tributária .....	148
3.7.1. Diferença entre Interpretação, Integração e Correção .....	149
3.7.2. Métodos de Interpretação.....	149
3.7.3. Controvérsia entre a Definição e os Efeitos dos Institutos – arts. 109 e 110 do CTN.....	154
3.8. Integração da Legislação Tributária .....	159
<b>Capítulo 4 – Tributos em Espécie</b> .....	175
4.1. Noções Gerais .....	175
4.2. Comentários ao art. 3º do CTN .....	175
4.3. Classificação dos Tributos.....	179
4.3.1. Vinculado e não-vinculado.....	179
4.3.2. Fiscais, Extrafiscais e Parafiscais.....	180
4.3.3. Federais, Estaduais e Municipais.....	181
4.4. Espécies de Tributos.....	182
4.4.1. Imposto .....	184
4.4.1.1. Inconstitucionalidade por Arrastamento.....	185
4.4.1.2. Classificação dos Impostos.....	186
4.4.2. Taxas .....	194
4.4.3. Contribuições de Melhoria .....	209
4.4.4. Empréstimos Compulsórios .....	212
4.4.5. Contribuições Especiais .....	216
<b>Capítulo 5 – Sistema Tributário Nacional</b> .....	277
5.1. Sistema Tributário Nacional .....	277
5.2. Evolução Constitucional .....	282
5.3. Globalização.....	285

5.4. Reforma Tributária.....	286
5.5. Direitos Humanos e Tributação .....	288
<b>Capítulo 6 – Competência Tributária.....</b>	<b>299</b>
6.1. Conceito.....	299
6.2. O Exercício da Competência Tributária – Faculdade ou Dever.....	300
6.3. A Expressão Competência Legislativa Plena .....	301
6.4. Repartição de Receita e Competência.....	301
6.5. Competência Positiva e Competência Negativa.....	304
6.6. Competência e Emenda Constitucional.....	304
6.7. Lei Complementar – Conflito de Competência e Competência Concorrente...	305
6.8. Competência e Capacidade Tributária.....	307
6.9. Princípios Inerentes à Competência Tributária .....	309
6.10. Classificação da Competência Tributária.....	310
<b>Capítulo 7 Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar.....</b>	<b>319</b>
7.1. Introdução.....	319
7.2. Limites ou Limitações .....	319
7.3. Natureza Jurídica.....	320
7.4. Imunidades e Princípios .....	320
7.5. Aspectos da Não-incidência Tributária.....	322
7.5.1. Isenção .....	323
7.5.2. Alíquota Zero .....	323
7.5.3. Imunidades .....	324
7.6. Principais Aspectos sobre as Imunidades .....	324
7.6.1. Histórico .....	325
7.6.2. Classificação das Imunidades.....	327
7.6.2.1. Subjetivas e Objetivas .....	327
7.6.2.2. Expressas e Implícitas .....	327
7.6.2.3. Incondicionais e Condicionais .....	328
7.6.2.4. Genéricas e Específicas .....	328
7.6.3. Princípios Constitucionais Tributários .....	352
a) Princípios relacionados ao Valor Segurança Jurídica .....	352
a.1. Princípio da Legalidade Tributária.....	352
a.2. Princípio da Anterioridade Tributária .....	359
a.3. Princípio da Irretroatividade Tributária .....	362
b) Princípios relacionados ao Valor Justiça da Tributação.....	365
b.1. Princípio da Isonomia ou Igualdade Tributária .....	365
b.2. Capacidade Contributiva .....	370
b.3. Princípio do Não-Confisco .....	377
b.4. Dignidade da Pessoa Humana .....	379
c) Princípios relacionados ao Valor Liberdade Jurídica.....	381
c.1. Princípio da Não-Limitação ao Tráfego .....	381
c.2. Princípio da vedação da diferença tributária em razão da procedência ou destino.....	382

c.3. Princípio da transparência fiscal .....	383
d) Outros Princípios Constitucionais Tributários .....	383
d.1. Não-cumulatividade .....	383
d.2. Não-intervenção nos Tributos dos Estados e dos Municípios....	385
d.3. Generalidade e Universalidade.....	385
d.4. Não-tributação mais onerosa sobre a renda .....	386
d.5. Autonomia dos Entes Federativos.....	386
e) Princípios Tributários Implícitos .....	386
<b>Capítulo 8 – Obrigação Tributária .....</b>	<b>397</b>
8.1. Breves Considerações .....	397
8.2. Fato Gerador.....	398
8.2.1. Nomenclatura .....	398
8.2.2. Classificação do Fato Gerador .....	402
8.2.2.1. Simples e Complexo.....	402
8.2.2.2. Instantâneo e Complexivo.....	402
8.2.2.3. Condicional e Incondicional .....	402
8.2.2.4. Causal e Formal.....	404
8.2.2.5. Típico e Complementar .....	404
8.2.2.6. Genérico e Específico .....	404
8.2.3. Elementos do Fato Gerador Integral.....	404
8.3. Relação Jurídica Tributária .....	406
8.3.1. Natureza Jurídica da relação jurídico-tributária .....	406
8.4. Tributo e Penalidade.....	408
8.5. Obrigação Tributária .....	409
8.5.1. Aspectos da Obrigação no Direito Civil e no Direito Tributário.....	409
8.5.2. Espécies .....	411
8.5.2.1. Obrigação Principal .....	411
8.5.2.2. Obrigação Acessória.....	412
8.5.3. Diferença entre Obrigação e Responsabilidade.....	413
8.6. Distinção entre Elisão, Evasão e Elusão Fiscal .....	414
8.7. Solidariedade Tributária .....	417
8.7.1. Benefício de Ordem .....	418
8.7.2. Efeitos da Solidariedade .....	418
8.8. Capacidade Tributária Passiva .....	419
8.9. Domicílio Tributário .....	420
<b>Capítulo 9 – Responsabilidade Tributária.....</b>	<b>441</b>
9.1. Persecução Tributária .....	441
9.2. Finalidades da Responsabilidade Tributária .....	442
9.3. Elementos Subjetivos da Obrigação Tributária .....	442
9.3.1. Sujeito Ativo.....	442
9.3.2. Sujeito Passivo .....	444
9.4. Responsabilidade Tributária .....	445
9.4.1. Responsabilidade por Substituição.....	446

9.4.1.1. Responsabilidade por Substituição: Legitimidade, Imunidade e Isenção .....	447
9.4.1.2. Modalidades de substituição.....	447
9.4.2. Responsabilidade por Transferência .....	457
9.4.2.1. Distinção entre Substituição e Transferência.....	458
9.4.2.2. Modalidades de Responsabilidade por transferência .....	459
<b>Capítulo 10 – Crédito Tributário.....</b>	<b>529</b>
10.1. Teoria Dualista .....	529
10.2. Lançamento .....	529
10.2.1. Conceito.....	530
10.2.2. Competência para efetuar o lançamento .....	532
10.2.3. Natureza Jurídica (Teoria Declarativista e Constitutivista) e Legislação aplicável ao lançamento.....	533
10.2.4. Características e Funções do Lançamento .....	535
10.2.5. Lançamento e utilização de câmbio.....	536
10.2.6. A Revisão do lançamento e princípios inerentes.....	537
10.2.7. Efeitos do Lançamento.....	543
10.2.8. Modalidades de Lançamento .....	543
10.3. Crédito Tributário .....	553
10.3.1. Conceito.....	553
10.3.2. Espécies de Créditos.....	554
10.4. Suspensão da Exigibilidade do Crédito Tributário.....	556
10.4.1. Introdução .....	556
10.4.2. Efeitos da Suspensão da Exigibilidade.....	557
10.4.3. Alcance da expressão “suspensão da exigibilidade do crédito” .....	558
10.4.4. Possibilidade de Suspensão antes do Lançamento .....	558
10.4.5. Taxatividade do art. 151, do CTN .....	560
10.4.6. Modalidades.....	560
10.4.6.1. Moratória.....	560
10.4.6.1.1. Espécies de Moratória .....	561
10.4.6.1.2. Moratória e Direito Adquirido .....	562
10.4.6.1.3. Requisitos e Condições.....	563
10.4.6.1.4. Alcance da Moratória.....	565
10.4.6.1.5. Moratória x Parcelamento .....	565
10.4.6.2. Depósito do Montante Integral.....	566
10.4.6.2.1. Depósito e Conversão em Renda.....	568
10.4.6.2.2. Diferença entre Depósito do Montante Integral e Consignação em Pagamento .....	570
10.4.6.2.3. Depósito do Montante Integral e Ação Anulatória de Débito Fiscal .....	571
10.4.6.3. Reclamações e Recursos Administrativos.....	572
10.4.6.3.1. Defesas Administrativas e Prescrição Intercorrente ..	574

10.4.6.3.2. Competência para regulamentação de normas sobre o PAF.....	575
10.4.6.3.3. Constitucionalidade do Depósito Recursal e do Arrolamento Administrativo .....	577
10.4.6.4. Concessão de medida liminar em Mandado de Segurança.....	579
10.4.6.4.1. A discussão quanto ao Mandado de Segurança contra a lei em tese.....	581
10.4.6.4.2. Efeitos da cassação da liminar .....	583
10.4.6.5. Concessão de tutela antecipada em outras ações judiciais .....	584
10.4.6.5.1. Antecipação de Tutela contra o Poder Público.....	584
10.4.6.5.2. A exigência de caução ou depósito para a concessão da tutela antecipada.....	587
10.4.6.5.3. Oferecimento de bens em caução e suspensão da exigibilidade.....	589
10.4.6.5.4. Possibilidade de Concessão de Tutela Antecipada antes da Contestação .....	590
10.4.6.5.5. Comentários ao art. 170-A, do Código Tributário Nacional .....	591
10.4.6.6. Parcelamento.....	592
10.4.6.6.1. Parcelamento e Denúncia Espontânea.....	593
10.5. Modalidades de Extinção do Crédito Tributário .....	596
10.5.1. Pagamento .....	597
10.5.2. Compensação .....	601
10.5.3. Transação .....	606
10.5.4. Remissão .....	607
10.5.5. Prescrição e Decadência .....	608
10.5.6. Conversão do Depósito em Renda .....	619
10.5.7. Pagamento Antecipado e Homologação do Lançamento .....	620
10.5.8. Consignação em Pagamento.....	621
10.5.9. Decisão Administrativa Irreformável .....	625
10.5.10. Decisão Judicial Passada em Julgado.....	627
10.5.11. Dação em Pagamento de Bens Imóveis .....	627
10.6. Modalidades de Exclusão do Crédito Tributário.....	628
10.6.1. Anistia.....	628
10.6.1.1 Não cabimento da anistia .....	629
10.6.1.2. Classificação.....	629
10.6.2. Isenção .....	631
<b>Capítulo 11 – Garantias e Privilégios do Crédito Tributário.....</b>	<b>651</b>
11.1. Breves Considerações.....	651
11.2. Garantias x Privilégios .....	651
11.3. Universalidade dos Bens e Impenhorabilidade .....	653
11.4. Presunção de Fraude .....	660
11.4.1. Momento de Caracterização da Presunção de Fraude .....	660

11.4.2. Presunção Relativa x Presunção Absoluta.....	661
11.4.3. Fraude contra credores x Fraude à Execução.....	661
11.5. Penhora on line.....	662
11.6. Análise do Art. 186 do CTN.....	663
11.6.1. Multas.....	664
11.6.2. Cessão de créditos.....	665
11.7. Concurso de Preferências.....	665
11.7.1. Constitucionalidade do art. 187 do CTN.....	666
11.7.2. Execução Fiscal e Falência.....	667
11.7.3. Interesse da Fazenda Pública para requerer a falência do devedor.....	667
11.8. Crédito Extraconcursal.....	668
11.9. Preferências dos Arts. 189 e 190 do CTN.....	669
11.9.1. Art. 189 do CTN.....	669
11.9.2. Art. 190 do CTN.....	670
11.10. Exigência da Prova de Quitação de Tributos.....	670
11.10.1. Para extinção das obrigações do falido.....	670
11.10.2. Para a concessão da Recuperação Judicial.....	671
11.10.3. Para julgamento de partilha ou adjudicação.....	672
11.11. Exigência de Certidão e Contratação com o Poder Público.....	672
<b>Capítulo 12 – Administração Tributária, Dívida Ativa e Execução Fiscal.....</b>	<b>679</b>
12.1. Conceito.....	679
12.2. A Administração e o Princípio da Legalidade.....	680
12.3. Fiscalização.....	681
12.3.1. Sigilo Comercial.....	682
12.3.2. Dever de Informar e Sigilo Profissional.....	685
12.3.3. Sigilo Fiscal.....	686
12.3.3.1. Descabimento de Prova Emprestada.....	687
12.3.4.1. Histórico do Sigilo Bancário no Brasil.....	688
12.3.4.2. O Sigilo Bancário e o Inventário Extrajudicial.....	692
12.3.4.3. Alguns Julgados Importantes.....	692
12.3.5. Auxílio da Força Policial.....	695
12.3.6. Responsabilidade Pessoal do Agente Público.....	695
12.4. Dívida Ativa.....	696
12.4.1. Conceito.....	696
12.4.2. Créditos Tributários e Não-tributários.....	696
12.4.3. A Inscrição em Dívida Ativa.....	698
12.4.3.1. Definição.....	698
12.4.3.2. Termo de Inscrição.....	698
12.4.3.3. Análise da Expressão “Regular Inscrição”.....	699
12.4.3.4. Presunção Relativa.....	700
12.5. Suspensão da Prescrição.....	701
12.6. Certidão de Débito Fiscal.....	702
12.6.1. Efeitos da Certidão.....	703



12.6.2. Dispensa da Certidão.....	703
12.6.3. Certidão expedida com dolo ou fraude.....	704
12.7. Substituição da CDA.....	704
12.8. Processo Tributário e cobrança do crédito fiscal.....	705
12.8.1. Processo Administrativo.....	705
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>729</b>